



Ata da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões do dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezassete

----Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, na vila de Nelas, no Auditório Municipal, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----Período de Antes da Ordem do Dia -----

----1 - Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 30/11/2016; -----

----Período da Ordem do Dia-----

----1 - Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM entre o dia 30 de novembro de 2016 e o dia 18 de abril de 2017, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

----2 - Análise, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2016, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões;-----

----3 - Análise, discussão e votação da 1.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2017, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões; -----

----4 - Análise, discussão e votação da proposta de alteração ao Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2017, de acordo com a Informação de Serviço nº 126/2017, de 04 de abril, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões;-----

----5 - Análise, discussão e votação da proposta do Conselho Intermunicipal de, para efeitos do disposto no artigo 44.º n.º 1, do Decreto-lei n.º 25/2017, de 3 de março, que aprova o Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2017, que o Conselho Intermunicipal, sem prejuízo das delegações de competências, em situações excecionais, prévia e devidamente fundamentadas pelos serviços competentes, autorize a dispensa do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º da Lei do Orçamento do Estado em contratos de aquisições de serviços até ao limite do orçamento aprovado, sem prejuízo das eventuais modificações, de acordo com a Informação de Serviço nº 129/2017, de 05 de abril, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----6 - Listagem dos compromissos plurianuais assumidos entre o dia 10 de novembro de 2016 e 05 de abril de 2017, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável a assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela Assembleia Intermunicipal, na sua sessão de 30 de

Assembleia Intermunicipal

novembro de 2016, de acordo com a Informação de Serviço nº 129/2017, de 05 de abril, nos termos das disposições conjugadas do artigo 104.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro.-----

--- Intervenção do Público -----

---Realizada a chamada às dezoito horas, verificaram-se as faltas dos seguintes Deputados: ---

---João Cândido da Silva Henriques;-----

---Sónia Marisa Oliveira Miguel Ferreira; -----

---João Tiago Coutinho de Carvalho Henriques;-----

---António José Brito Correia;-----

---José Baltazar Cardoso Correia;-----

---Cristiana Maria da Silva Ferreira;-----

---Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida;-----

---João Fernando Marques Rebelo Cotta;-----

---Verificando-se a existência de “quórum”, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Acácio Pinto, declarou aberta a Assembleia.-----

---Período de Antes da Ordem do Dia -----

---Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** – Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 30/11/2016-----

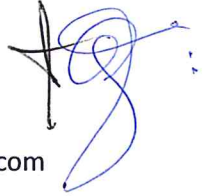
---Em face da ausência de inscrições, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por maioria, com uma abstenção da Senhora Deputada, Dr.ª Edite Cruz. -----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado José António Pereira, cuja intervenção se transcreve:

“Como estamos no Concelho de Nelas e nunca é demais reforçar as palavras do Senhor Presidente, o nosso muito obrigado por terem vindo, é um gosto vos receber e faz parte das características das pessoas deste concelho saber receber. -----

---Mas o assunto que aqui me traz é a mobilidade que também já foi inicialmente abordado pelo Senhor Presidente da Câmara e também já foi abordado em inúmeras assembleias. Começo a lamentar o facto da construção dos itinerários complementares IC37 e IC12 e agora Via dos Duques nunca terem sido considerados prioritários no novo quadro comunitário. A exclusão destes traçados manifesta uma marginalização total do interior centro, deslizamento de investimento todo para o litoral.-----

---Considero ter chegado a hora de encetar um conjunto de lutas por uma região que continua a ser esquecida apesar das promessas que se vão lançando, isto porque farto de promessas está o mundo cheio. -----



---Meus Senhores, isto já não vai lá com boas palavras depois de todos os alertas dados com tráfego de escoamento de mercadorias para a Europa, como é possível que o IC12 continue “encravado” à entrada de Canas de Senhorim, em obras, obrigando as populações de Nelas a suportar diariamente o incómodo causado pela circulação destes veículos na EN234? É uma vergonha nacional reforçando as palavras do Senhor Presidente. -----

---Quando o Governo prevê investir trinta e oito milhões de euros em dezanove quilómetros no IC6, entre Tábua e Oliveira do Hospital, iniciativa cujo projeto será iniciado até julho como anunciado na comunicação social, a vinte quatro de março. Mas já em janeiro também se tinha falado sobre o assunto, o Senhor Ministro do Planeamento e Infraestruturas, Pedro Marques, anunciava que o governo ia promover estudos, prolongar o IC6, acrescentar um pouco mais. Agora com o Senhor Presidente da Câmara de Oliveira do Hospital fez “finca-pé” e a meu entender bem que para se recandidatar exigia a construção desse traçado, ao contrário de outros Presidentes que nada fazem. O Senhor Primeiro Ministro prometeu vir a Oliveira do Hospital e terá sido como principal tema da ordem de trabalhos, as acessibilidades rodoviárias aquela terra nomeadamente a concretização do famoso IC6. -----

---A verdade é que o atual Senhor Presidente da Câmara, Dr. Alexandrino, de Oliveira do Hospital, fez depender o seu futuro político nesse traçado. -----

---Perante isto, venho mais uma vez apresentar uma moção que vincula e solicita aos nossos governantes que pensem um pouco no interior centro e que se esqueçam apenas do litoral. Portanto a moção é a seguinte: -----

---“O Concelho de Nelas, durante décadas, não tem sido prioridade do Governo em termos de investimento público em acessibilidades, nomeadamente na conclusão e construção de eixos rodoviários estruturantes para a Região como são o IC12 e o IC37. -----

---O interior não pode continuar a pagar a fatura da competitividade do Norte e do Sul do país. Temos que ver consagradas as mesmas condições de conforto e de competitividade equivalentes às oferecidas no resto do país. -----

---Esta reivindicação não é novidade nesta Assembleia, nem é novidade a subalternidade com que os diferentes Governos têm tratado o nosso Concelho. O que é novidade é o abandono do traçado alternativo à IP3 denominado “Via Dos Duques” que depois de estudos feitos, de projetos elaborados foi esquecido. Demonstrando assim mais uma vez o modo como os nossos governantes desconsideram o interior centro do País, marginalizando-o, enquanto duplicam vias no litoral sem qualquer importância e tráfego. -----

Assembleia Intermunicipal

----A necessidade premente de se fazer este traçado alternativo prende-se ainda com o facto de o IP3 estar totalmente ultrapassado e se encontrar em péssimas condições, com muitos pontos negros e muito tráfego, sendo notícia sempre pelas piores razões, dificultando a mobilidade de pessoas e bens. De salientar ainda a importância económica para o transporte de mercadoria, turismo e serviços, por ser um corredor rodoviário que liga o litoral centro à Europa.-----

----Consideramos assim uma falta de vontade política e de conhecimento da região na exclusão destes traçados no novo quadro comunitário 2020, pois além de pôr em causa o desenvolvimento económico do interior, põe em causa dois objetivos deste plano, que são a promoção da coesão social e territorial, assegurando a mobilidade de pessoas e bens em todo o país e, contribuir para o crescimento económico e para combater a desertificação do interior.

----Em face desta realidade e considerando os fundamentos de todos os estudos até hoje realizados para a localização destas vias, queremos deixar presentes algumas das principais razões e preocupações que sustentam esta nossa vontade, que são as seguintes:-----

- - O forte aumento do tráfego no IP3, na Estrada Nacional n.º 231 de ligação Nelas a Viseu e na 234 que liga Canas de Senhorim a Mangualde, que obrigam a constantes reparações, devido ao mau estado do piso, estradas sinuosas, que são férteis em pontos negros e têm sido notícia pelos piores motivos – acidentes graves;-----
- - O reordenamento dos serviços de saúde na região, os quais podem beneficiar em muito com este eixo rodoviário, pois sendo o hospital central Tondela Viseu, far-se-á melhor o escoamento e transporte dos doentes da região, incluindo Oliveira do Hospital e Seia;-----
- - Ainda ao nível da saúde, como somos um distrito com várias unidades termais que, com melhores acessibilidades, mais atrativas se tornam e melhor serviço poderão prestar aos utentes;-----
- - O desenvolvimento turístico na região da Serra da Estrela poderá ser potenciado com as melhorias dos acessos, uma vez que para todos os turistas que nos visitam vindos do Sul ou Norte Litoral, este é um trajeto que melhor serviço pode prestar;-----
- - O desenvolvimento industrial poderá também ser estimulado com estes traçados, complementada ainda pela única ferrovia existente na região, originado, desta confluência de vias, uma vantagem competitiva na instalação de novas indústrias, bem como para internacionalização dos nossos produtos;-----
- - O Concelho de Nelas tem funcionado como estação ferroviária destes três concelhos envolvidos. O mesmo é dizer que presta um serviço a cerca de 140 mil habitantes. Com a criação



destes itinerários, estaríamos a otimizar a ligação entre as sedes dos municípios envolvidos e a aumentar a segurança e a qualidade no transporte das pessoas e bens da região.-----

---Face ao exposto e considerando que, o adiamento e marginalização destes traçados é mau para toda uma região, dada a sua importância estratégica, solicitávamos que lhes fosse dada prioridade de investimento, apesar de não fazerem parte do novo quadro comunitário 2020 e, que tudo faremos para que estes investimentos sejam realizados.-----

---Que do teor da presente moção uma vez aprovada, seja dado conhecimento: ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro, ao Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas e aos grupos parlamentares com assento na Assembleia da República.” -----

---Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve: “Uma vez que foi feita entrar uma moção que foi acabada aqui de ler pelo Senhor Deputado José Pereira, vamos coloca-la à discussão e posteriormente a votação, se bem que a parte que importa votar é a parte resolutive, que passo a ler:-----

---“Face ao exposto e considerando que, o adiamento e marginalização destes traçados é mau para toda uma região, dada a sua importância estratégica, solicitávamos que lhes fosse dada prioridade de investimento, apesar de não fazerem parte do novo quadro comunitário 2020 e, que tudo faremos para que estes investimentos sejam realizados.-----

---Que do teor da presente moção uma vez aprovada, seja dado conhecimento: ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro, ao Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas e aos grupos parlamentares com assento na Assembleia da República.” -----

---Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou a moção a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com uma abstenção, do Senhor Deputado Gabriel Pires.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Santos, cuja intervenção se transcreve: “Não sei se já se deram conta mas hoje é última sessão do nosso mandato, a próxima sessão já será com outros, certamente alguns irão cá estar mas eu não irei e dizer pelo menos nos próximos quatro anos e dizer-vos que foi uma honra ter participado nestas sessões da Comunidade Intermunicipal e apesar das divergências políticas e algumas clivagens que existiram há muito mais para além disso. -----

---Queria também e em nome do Partido Socialista fazer aqui um público reconhecimento ao Dr. José Morgado, como Presidente do Conselho Intermunicipal e por todo o esforço que fez em

Assembleia Intermunicipal

prol de todos os munícipes da nossa Comunidade Agradecer, também, ao Acácio Pinto e à Mesa pela forma como souberam dirigir os trabalhos e pela dignidade que souberam dar a esta Comunidade. -----

----Posto isto, queria falar-vos um pouco sobre o 25 de abril:-----

----“Foi esta força sem tiros -----

----De antes quebrar que torcer-----

----Esta ausência de suspiros-----

----Esta fúria de viver-----

----Este mar de vozes livres-----

----Sempre a crescer a crescer-----

----Que das espingardas fez livros -----

----Para aprendermos a ler -----

----Que dos canhões fez enxadas -----

----Para lavrarmos a terra-----

----E das balas disparadas-----

----Apenas o fim da guerra.-----

----(José Carlos Ary dos Santos)-----

----Foi há 43 anos, mas poderia ser esta próxima madrugada.-----

----Abril de 1974 pôs fim a uma ditadura e a uma guerra colonial que ceifou ou condicionou a vida de tantos portugueses, deixou mães e pais enlutados, órfãos, viúvas e amizades interrompidas.-----

----Foi há 43 anos, mas poderia ser esta próxima madrugada.-----

----Prisões, medos, torturas e vidas despedaçadas. Foi o fim de uma longa noite de solidão, de costas viradas para o Mundo, “orgulhosamente sós” neste pedaço de nada.-----

----Recordar abril é um dever, em memória de uma geração inconformada, resistente e que foi amordaçada. Que os cravos perpetuem na memória de todos – dos que o viveram, dos que o sentiram, dos que, depois, nasceram.-----

----E como escreveu Sophia de Mello Breyner Andresen,-----

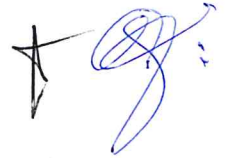
----Esta madrugada que eu esperava -----

----O dia inicial inteiro e limpo-----

----Onde emergimos da noite e do silêncio-----

----E livres habitamos a substância do tempo.-----

----Voto de Congratulação:-----



----A Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, reunida na vila de Nelas, no dia 24 de abril de 2017, congratula-se pela passagem do 43.º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974 e saúda ou recorda a memória daqueles que nos devolveram a Democracia – os lutadores antifascistas, os militares de abril e todos os que, em tempos difíceis, saíram à rua para defender a Liberdade. -----

----Viva o 25 de Abril.” -----

----Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou o voto de congratulação a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Carlos Cunha, cuja intervenção se transcreve: “O que me traz aqui é um voto de louvor a Lúcio Campos e Rui Nogueira, Comandante e 2.º Comandante Operacionais Distritais (CODIS) de Viseu: -----

----“Lúcio Manuel Soeiro Marinho de Campos e Rui Nogueira exerceram, entre 5 de agosto de 2013 e março de 2017, as funções de Comandante Operacional Distrital e 2.º Comandante Distrital Operacional de Viseu da Autoridade Nacional de Proteção Civil, cabendo-lhes a responsabilidade de dirigir o Centro Distrital de Operações e Socorro (CDOS). -----

----Durante a Comissão de Serviço que se prolongou por aproximadamente três anos e meio, e que não foi renovada por decisão atual do governo, Lúcio Campos e Rui Nogueira trabalharam em colaboração com diversas entidades, entre as quais se destacam: Câmaras Municipais, Agentes da Proteção Civil, Forças Armadas, Escolas e Bombeiros, preparando e executando, ao longo deste período de tempo, estratégias de prevenção e de atuação dos agentes e meios da proteção civil. Um trabalho de coordenação de homens e meios nem sempre fácil, realizado, por vezes, sob intensa pressão, de que são exemplo os graves incêndios que assolaram alguns dos municípios sob o seu comando aos quais procuraram com os meios disponíveis dar a resposta mais adequada às populações em perigo. -----

----As diversas corporações de bombeiros sentiram a sua partida e, através dos seus comandantes e segundos comandantes reconheceram todo o trabalho de liderança e de comando por Lúcio Campos e Rui Nogueira. -----

----Como reconhecimento pelo trabalho efetuado, Lúcio Campos viu aprovado em Diário da República de 11 de novembro o louvor 921/2015, pelos relevantes serviços prestados enquanto Comandante Distrital, tendo sido recentemente aprovado pela Autarquia e Assembleia Municipal Viseense um voto de louvor pelos serviços prestados. -----

Assembleia Intermunicipal

----Neste sentido, o Grupo Intermunicipal de Viseu, reunida a 24 de abril de 2017, aprova um voto de louvor e de agradecimento ao desempenho do tenente-coronel Lúcio campos e de Rui Nogueira, atendendo à relevante missão, realizada enquanto Comandante e Segundo Comandante Operacional do Distrito de Viseu da Autoridade Nacional de Proteção Civil;-----

----Deste voto de louvor deve ser dado conhecimento aos próprios, à Autoridade Nacional de Proteção Civil, a todas as autarquias e corporações de bombeiros do distrito que se encontravam sob o seu comando.”-----

----Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou o voto de louvor a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com onze abstenções do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.-----


----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Vale de Andrade, cuja intervenção se transcreve: “Está a fazer um ano, eu tive uma intervenção evocando o 25 de Abril, mas desta vez o Partido Socialista, e muito bem, conseguiu antecipar-se, fazendo uma belíssima evocação salientando as figuras maiores da nossa literatura e assim nos associamos à mesma.-----

----Nós vamos ter eleições autárquicas este ano e nós em Vouzela continuaremos muito atentos à situação que nos ultrapassou com enorme desgosto que foi a questão do tribunal. -----

----Mais uma vez me empenhei com o que posso, com o conhecimento que tenho e disponibilidade de tempo que tenho para fazer essa luta pelo tribunal como anos passados fiz em relação ao centro de saúde e há uma coisa que sempre acontece, que me causa muita estranheza, e que a mim não me preocupa absolutamente nada dar nota porque falar do 25 de Abril também é isto, é dar nota da nossa posição. -----

----A propósito do tribunal nós fomos recebidos pelos grupos parlamentares na Assembleia da República, fomos recebidos pela Senhora Ministra da Justiça, a qual com enorme boa vontade e simpatia não conseguiu não entanto transmitir qualquer informação válida. E isto torna-se espantoso atendendo à circunstância da nossa Ministra da Justiça ter sido antes do cargo que agora ocupa, Procuradora Distrital de Lisboa. Saímos desta audiência conforme entrámos, sem dados sem elementos em relação às pendências que era o critério soberano para a manutenção ou encerramento das comarcas. -----

----Mas a surpresa não acaba aqui. Qual o nosso espanto quando passado um mês o Ministério Público vem dizer que os números estão todos errados e que não é nada daquilo, que há muitos mais processos do que aqueles que foram considerados para efeitos da não reabertura do Tribunal de Vouzela. Isto, a mim, causa-me uma estranheza enorme, mas afinal ninguém se entende... -----



---Estamos sempre a evocar Abril mas de facto estes dados não existem. Os responsáveis políticos ao mais alto nível não os dá, o Ministério Público solicitado várias vezes ainda não o fez, a Guarda Nacional Republicana estava disponível para o fazer. Mas isto é de facto uma situação surpreendente. -----

---Eu tinha que dar nota disto aqui porque Vouzela não conseguiu reabrir a sua comarca, como não conseguir reabrir as urgências do centro de saúde, mas não é por isso que vamos deixar de lutar.-----

---Podemos perdeu uma, duas vezes, mas continuaremos sempre até que algum fruto ocorra e se não for eu, penso que haverá outros que me seguirão nesta luta, nomeadamente na questão da comarca. -----

---Apenas resolvi tocar este ponto porque estas situações estranhíssimas não se conseguem entender, ninguém nos fornece os dados e portanto ainda com o 25 de Abril, quarenta anos passados, poder autárquico, a verdade é que são tomadas decisões sem ninguém as perceber.

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Paulo Marques, cuja intervenção se transcreve: "Dizer-vos apenas por um lado que as palavras do Joaquim Santos, que foram belas palavras que me deram vontade de viver aqueles tempos que não vivi, felizmente, porque assim sou um pouco mais jovem que vocês... -----

---Por outro lado, dizer-vos também que essa liberdade que nos trouxe o poder autárquico, que tanto gostamos e tanto lutamos por ele, é absolutamente decisivo e é isso que nos faz estar aqui hoje a debater uns com os outros e é por isso que ouvimos as bancadas, nem sempre concordamos como por exemplo algumas das coisas que foram aqui acabadas de dizer, em relação ao tribunal, em relação às infraestruturas das estradas, ao Portugal 2020. -----

---A falta de alguma memória que muitas vezes aqui existe, mas os ciclos passam e vamos debatendo uns com os outros. Era fácil lembrar que o Portugal 2020 foi elaborado pelo governo PSD/CDS, era fácil de dizer que o Tribunal de Vouzela foi fechado pelo governo PSD/CDS mas obviamente que o governo mudou e estaremos sempre a lutar por algo melhor, reparar o que de mau foi feito neste país. E é para isso que a liberdade de Abril também serve. -----

---Como também serve para outras coisas e como vêm aí as eleições à porta, serve também com toda a liberdade deturpamos um pouco a liberdade que nos deram, como por exemplo, a limitação dos mandatos, com que muitos concordam ou discordam. A meu ver é uma boa lei. Mas também há muitos que tentam deturpar essas regras que foram feitas democraticamente, de modo a eternizarem-se no poder e há inúmeros exemplos daquilo que já se sucedeu no passado e que vai volta a suceder agora em outubro. Há alguns autarcas que não podem

Assembleia Intermunicipal

concorrer como cabeças de lista e farão se concorrer em segundo lugar, seja em câmaras municipais, seja em juntas de freguesia. De modo que tenta deturpar de modo absoluto as regras do jogo e elas estão criadas para haver uma verdadeira rotatividade no poder.-----

----Por outro lado e por último, e essa era a principal porque eu aqui vinha. Passados dez anos, creio eu, desde que esta Assembleia foi criada, estou aqui desde o começo, desde a primeira Assembleia Intermunicipal e esta será a minha última, provavelmente da próxima década, pelo menos, dizer-vos que foi um gosto estar aqui. Houve momentos de grande debate, de grande discussão, debates acesos mas creio que sempre com elevação política que se fez.-----

----Eu fiz a minha parte e tentando sempre ser fiel aos meus princípios e às minhas ideias e convicções e estaremos aqui sempre para pensar no distrito e nesta Comunidade que é tão importante e que se tem desenvolvido tão bem. Ainda sou do tempo da “defunta” GAMEVIS que não serviu para rigorosamente nada mas que foi bonito e lá fica no currículo que se participou nessas assembleias e esta Comunidade sim tem pernas para andar e tem razão de existir e o nosso desenvolvimento vai sempre por ela.-----


----Por isso, meus caros, foi um gosto e dar os parabéns a quem for eleito e desejar boa sorte a todos os que vão concorrer. Naturalmente eu torcerei por alguns que vocês não torcerão mas obviamente torço para o Joaquim Santos como Presidente da Câmara de Tondela e o Dr. Acácio Pinto, como Presidente da Câmara do Sátão, não sei se vai concorrer mas eu gostava que fosse.

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Dinis, cuja intervenção se transcreve: “Peço desculpa pela inscrição tardia, que creio que causou alguma perturbação à Mesa e agradeço a paciência que tiveram. Mas também serei telegráfico nesta intervenção.-----

----Mas a razão que me traz aqui fundamentalmente tem a ver com o ponto que aqui foi referido às infraestruturas e o CDS aprovou essa moção porque consideramos todos, independentemente de quem seja governo, tudo o que seja bom para o nosso território é bom para todos nós.-----

----Acho que é um princípio que todos devemos assumir nesta Assembleia, independentemente de por vezes algum desacordo, mas a verdade é que ficamos todos satisfeitos quando vemos uma ligação digna entre Viseu e Coimbra que é essencial para o nosso território.-----

----Mas isto enquadra-nos noutra questão que tem a ver com os fundos comunitários para a nossa região. E assim acho que devemos cada vez mais, porque não tenhamos veleidade em pensar que cada um de nós, por si poderá fazer projetos estruturantes para um território como é a CIM, se não tivermos força da própria CIM para reivindicar esses investimentos e em particular dos fundos comunitários que vão ser cada vez mais escassos, não tenhamos dúvidas



em relação a isso. Em particular numa Europa com problemas sérios sobre o seu futuro próximo, talvez não tão próximo porque espero que as coisas se componham mas a Europa não vive tempos fáceis e os fundos comunitários que são fundamentais para o desenvolvimento dos nossos territórios deve ser também uma preocupação para todos nomeadamente naquilo que o Senhor Presidente da CIM terá que fazer com os seus pares para fazer pelo nosso território e ser coadjuvado por todos nós para esse desafio.-----

----Depois há um outro aspeto que eu queria aqui também referir e que tem a ver com Centro Hospitalar Tondela-Viseu. Houve um novo conselho de administração que foi empossado há relativamente pouco tempo e portanto queria aqui, enquanto amigo pessoal de companheiros de lutas de Tondela do Dr. Cílio, e queria aqui desejar naturalmente as maiores felicitações naquilo que será o seu desempenho e o da sua equipa nos cuidados de saúde de todo o nosso território/ área de abrangência do Centro Hospitalar Tondela-Viseu.-----

----Finalmente, porque vai ser, provavelmente, tal como o companheiro Joaquim Santos e o Paulo Marques, a minha última assembleia intermunicipal. Não partilho os votos para que o Joaquim Santos ganhe as eleições em Tondela, espero ganhá-las eu, mas tirando esse aparte, dizer-vos que foi um prazer enorme estar aqui nestes desafios comuns.-----

----Muitas vezes partilhámos opiniões similares, outras vezes divergimos, acho que é isso que é importante e em particular, o CDS, lembro-me que na primeira assembleia intermunicipal, foi acesa pelo CDS e portanto hoje estamos numa outra fase daquilo que é a relação que hoje aqui temos nesta Assembleia e por isso queria aqui publicamente reconhecer a todos vós a simpatia com que nos trataram, a amizade e dizer-vos que foi um gosto enorme estar convosco.-----

----Não vou poder partilhar hoje o jantar convosco por ter outros compromissos por isso venho aqui publicamente dar este “até breve” e todos desejar as maiores felicidades, uns num palco outros noutra mas cá estaremos todos certamente a valorizar aquilo que é mais importante que é a amizade e o respeito entre nós e naquilo que foi a defesa de um território comum e que muito prazer me deu aqui estar ao longos destes quase quatro anos.-----

----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, tendo verificado que não existia mais nenhum pedido de intervenção no período antes da ordem do dia deu o mesmo por encerrado.”-----

----Ordem do Dia-----

----Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** – Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas

pela CIM entre o dia 30 de novembro de 2016 e o dia 18 de abril de 2017, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro-----

----Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, cuja intervenção se transcreve: “Começo por dar os parabéns aos Senhores Deputados, pela demonstração da cultura democrática que foi revelada aqui por todos, ou seja, identificaram os problemas estruturantes da nossa região, obviamente cada um com o seu ponto de vista, o que nos faz ser autónomos, independentes e pensarmos cada um por si. -----

----Enaltecer o respeito que tivemos e estamos certamente mais fortes e coesos naquilo que é estruturante e acima de tudo o respeito institucional por todos e por isso, também, estamos todos de parabéns. -----

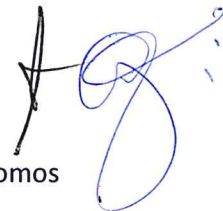
----Senhor Presidente, Senhores Deputados, na informação escrita enviada à Assembleia Intermunicipal, estão descritas um conjunto de ações e de programas que foram desenvolvidos pela Comunidade neste último meio ano.-----

----Contudo não posso deixar de vos dizer que temos, entre outras, identificada uma “Plataforma de Cooperação Institucional”, e como irão verificar, o trabalho aí desenvolvido é de excelência. -----

----Significa, isto, que com todos os atores do nosso território, nomeadamente na área da educação, do social, do emprego e empreendedorismo e das qualificações, onde muitos de vós, também, têm participado, será possível contratualizar ações que estão no PDCT, sendo exemplo disso, o projeto de Promoção do Sucesso Educativo, o Empreendedorismo na Região Viseu Dão Lafões e, também, no emprego, neste caso, com o Aviso que já foi aprovado no Conselho Intermunicipal, para o S12E, ou seja, desta vez a Comunidade será também “porta de entrada” para os pequenos investidores, dos cem até duzentos e trinta e cinco mil euros, para a nossa região.-----

----Mas porque, também, falamos de mobilidade, dar nota de um seminário que tivemos há poucos dias, no qual esteve presente o Senhor Ministro do Ambiente, em que nós Comunidade Intermunicipal, só temos que nos orgulhar do trabalho desenvolvido nessa área, quer na questão do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes, quer enquanto Autoridade de Transporte. -----

----Temos o trabalho feito e estamos na primeira linha para que muito rapidamente colocar no terreno a contratualização do serviço de transporte público de passageiros.-----



----Depois, não posso deixar de salientar um conjunto de reuniões com instituições, que fomos desenvolvendo e destaco aqui algumas, nomeadamente, com o Secretário de Estado da Educação, no âmbito das necessidades de qualificação.-----

----Continuamos a desenvolver um bom trabalho nesta área, a trabalhar em simultâneo com a ANQEP, com escolas profissionais e comunidade científica para não haver sobreposição destas qualificações e para que sejam ministradas no nosso território, indo ao encontro das necessidades reais dos empregadores e dos empresários e também daqueles que querem implementar o seu próprio negócio.-----

----Destacar, também, a questão da mobilidade, pois existe um défice de mobilidade e competitividade no nosso território. Foram identificados aqui dois, o IC37 e o IC12. Obviamente que isto tem sempre um derivado da ligação a sul e o nosso foco sempre, independentemente da ideologia, será sempre uma boa ligação Viseu-Coimbra, para que haja uma boa mobilidade regional para tornarmos o nosso território mais competitivo. -----

----Neste sentido, e por deliberação do Conselho Intermunicipal, fomos ter uma audiência com o Ministro do Planeamento, dos Transportes e das Infraestruturas para perceber, também, quais eram as prioridades deste governo nestas questões da mobilidade, que tanto nos preocupa. Isto é público, o resultado dessa reunião. -----

----Para aqueles que partem para outros voos, desejo a todos os grupos parlamentares as maiores felicidades e que tenham sempre, como tiveram, em vista o bem comum, o bem da nossa região.-----

----Passo a palavra ao Dr. Nuno Martinho, Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões para nos falar um pouco mais sobre estas problemáticas.-----

----Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: “De uma forma muito rápida, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, escolheu como tema, e bem, para abordar neste ponto da ordem de trabalhos, o trabalho que a CIM está a desenvolver, com todos os atores do território, para a criação de uma plataforma de cooperação institucional.-----

----Não posso deixar de dar nota que o nosso Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial tem de facto novas dimensões de intervenção quer na área municipal quer na área intermunicipal, sendo que, os municípios não estavam habituados a este tipo de intervenção.--

----Há uma intervenção na área do empreendedorismo e da empregabilidade, e aqui referir que a CIM Viseu Dão Lafões, pela primeira vez, vai intervir ao nível do apoio às empresas, o que não aconteceu no passado, enquanto organismo intermédio do QREN.-----

----Vamos apoiar as empresas, o empreendedorismo, a expansão de atividades através de um sistema de financiamento, denominado SIZÉ.-----

----Mas também na área da inclusão social e na área da educação, a CIM contratualizou com os vários PO financiadores um montante financeiro. Nesse sentido, definimos, logo à partida, um modelo de governança, uma plataforma de cooperação institucional onde trabalhássemos com as várias entidades, com os vários atores no território, nestes vários domínios, em que definimos, previamente, os desafios chave, de forma a construirmos iniciativas e respostas relevantes para a região e para os cidadãos.-----

----Tornou-se, pois, relevante, começar a garantir a complementaridade dos projetos e das intervenções das várias entidades nestes vários domínios, independentemente de serem financiadas ou não por fundos comunitários, assumindo a existência de um compromisso com os resultados e as metas a atingir.-----

----Desde logo, neste compromisso Viseu Dão Lafões temos a funcionar as redes da educação, da coesão social, da qualificação e do mercado de trabalho e das empresas, emprego e empreendedorismo.-----

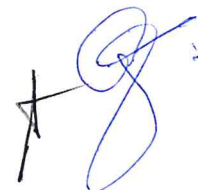
----Relativamente à rede de empresas, emprego e empreendedorismo, dar nota que, ela é coadjuvada, na sua animação e participação em todo o seu trabalho, pela Associação Empresarial da Região de Viseu (AIRV), tendo já sido realizadas várias reuniões de trabalho. ----

----Estão, também, nesta rede as associações de desenvolvimento local, as escolas de ensino superior da região, os CLDS, no sentido de em conjunto construirmos estes projetos intermunicipais.-----

----Importa, pois, salientar, que isto surge no seguimento de um trabalho da CIM na rede regional de empreendedorismo, mais concretamente de uma task force que foi implementada em dois mil e dez, com a comunidade científica e tecnológica e associações de desenvolvimento local, sendo que, é, também, deste trabalho que surge o SIAC, Sistema de Incentivos às Ações Coletivas, que a CIM está a desenvolver em co promoção com a AIRV.-----

----Assim, temos, neste momento, cinco grupos temáticos a trabalhar, envolvendo várias entidades, tendo, desde logo, um conjunto de projetos a serem desenvolvidos no âmbito da RIS3, estratégias de especialização inteligente, onde se está a fazer um trabalho aturado com o sistema científico e tecnológico.-----

----Contando com a participação da Escola Superior Agrária de Viseu, as associações de desenvolvimento local, a CCDRC e, também, a Plataforma de Sevilha, estamos a trabalhar num projeto de valorização económica dos recursos territoriais, tendo começado com a valorização



da pinha e do pinhão, numa perspetiva de ter uma estratégia de valorização económica assente nos recursos territoriais, sendo que, se começou com a pinha e o pinhão, fruto da vontade que foi expressa pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Carregal do Sal, sendo que a ideia base é alargar este trabalho a outros parceiros, como por exemplo, na área do vinho e da vinha e de outros recursos territoriais que existem na região.-----

---É um caminho que sabemos que temos que fazer, sendo para nós claro que temos que ter uma estratégia de desenvolvimento económico mais comprometida com o nosso território. ----

---Estamos, também, a trabalhar num projeto, no âmbito do programa de estágios e experiências no trabalho, onde o Instituto Politécnico de Viseu e o IEFP, com a participação da Universidade Católica, estão a trabalhar num programa de estágios, sem financiamento comunitário, desenvolvendo um projeto piloto, que deverá começar já no próximo ano letivo, com vinte estagiários dessas instituições de ensino superior.-----

---Na área do empreendedorismo, não posso deixar de referir o projeto de capacitação de empreendedores, pelo seu caráter inovador, sendo este, também, um projeto piloto em que a CIM está a trabalhar em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, mais concretamente com o Conselho Diretivo do IEFP e com a CCDR do Centro.-----

---Ainda nesta área, estamos a participar, ativamente, na criação de um barómetro regional de empreendedorismo, neste caso a liderança do projeto esta cometida á AIRV, que tem fonte de financiamento, no referido projeto do SIAC.-----

---Importa, ainda, salientar todo o trabalho que também estamos a desenvolver, em articulação com as associações de desenvolvimento local, na dinamização do aviso de abertura do concurso, que sairá, proximamente, em que, como dizia há pouco, as CIM irão liderar, conjuntamente com as ADL's, o apoio ao emprego, empreendedorismo e à expansão de atividade.-----

---A CIM irá gerir projetos entre os cem e os duzentos e trinta e cinco mil euros, como organismo intermédio, e as ADL'S irão gerir projetos até aos cem mil euros, sendo que, o que se pretende com esta coordenação é que a CIM, a região e o território apareçam de uma forma organizada no estímulo á procura desta fonte de financiamento.-----

---No que concerne á rede da qualificação do mercado de trabalho, onde, também, temos as associações de desenvolvimento local, esta é coadjuvada, como parceiro chave, o Instituto de Emprego e Formação Profissional. -----

---Temos feitas várias reuniões de trabalho desta rede e a perspetiva é que, ainda, durante este ano de dois mil e dezassete, seja concluída a estratégia de formação contínua, para a região, suportada num levantamento de necessidade credível.-----

----Portanto, pretende-se ter um projeto de formação contínua, em matéria de qualificação de jovens, adultos, empregados e desempregados, no fundo ter concertada a oferta formativa do IEFP, das escolas profissionais e de todas as instituições que dão formação no território. -----

----No tocante á rede de educação, importa salientar que é uma rede que já tem um produto, tem muito trabalho apresentado, esta rede é coadjuvada pela DGESTE Centro, tem como parceiros os agrupamentos de escolas da nossa região, os centros de formação de professores o IEFP, a Administração Regional de Saúde e o Centro Distrital de Segurança Social.-----

----De facto a área da educação cruza-se com a área social, saúde e, portanto, tivemos aqui uma grande “empreitada”, desculpem o termo, nos últimos meses, que foi a de preparar uma estratégia intermunicipal no domínio da promoção do sucesso educativo. -----

----Foram muitas as reuniões de trabalho com os centros de formação de professores, com os agrupamentos de escolas e municípios da nossa região, com a Unidade de Missão para a Promoção do Sucesso Educativo, que foi criada por este Governo, e que é coordenada pelo Prof. José Verdasca, e que permitiu à Comunidade Intermunicipal submeter, em janeiro último, uma candidatura intermunicipal em que os municípios são, também, executores dessa candidatura, num montante de cinco milhões de euros.-----

----Este é um projeto que está ancorado num acordo de parceiros, um protocolo com as escolas, sendo um projeto que foi muito trabalhado com os municípios, com as escolas e com os centros de formação de professores, que tem vários eixos e linhas de intervenção com várias atividades.

----No âmbito da rede da coesão social, que é coordenada e coadjuvada pelo Centro Distrital de Segurança Social, temos, neste momento, dois grupos de trabalho a participar nesta rede. -----

----Um grupo está a trabalhar na criação de um centro de recursos intermunicipal para a inovação social e um segundo grupo está a trabalhar na conceção de um guião de enquadramento intermunicipal de projetos para a área da promoção da saúde e do envelhecimento ativo. -----

----Temos, pois, aqui, a apresentação da vertente metodológica, que estamos a implementar em cada um destes grupos de trabalho, não podendo deixar de dar nota que, relativamente à inovação social, estamos a preparar os projetos intermunicipais e municipais no âmbito do POISE e do CENTRO 2020, dado serem prioridades de investimento que a CIM contratualizou com os Programas Operacionais, quer na área da cultura para todos, quer na área do envelhecimento ativo. -----

----É pois, importante, desenvolver estes projetos intermunicipais onde temos um generoso envelope financeiro, sendo que, é nossa convicção que os mesmos deverão ser desenvolvidos



em parceria com as IPSS's, com o Centro Distrital da Segurança Social, com todas as entidades na nossa região para que, de facto, sejam projetos estruturantes, complementares e que todos estes atores da área social se revejam nos projetos que a CIM irá candidatar. -----

----Importa, ainda, realçar, a atenção que temos dado na CIM aos avisos de abertura de concurso oriundos diretamente de Bruxelas no âmbito do INTERREG e do Espaço Atlântico, sendo que, já numa segunda fase da análise de uma importante candidatura, submetida em parceria com vários parceiros europeus, também na área do envelhecimento ativo e da área social. -----

----Importa, pois, de uma forma breve, realçar que todas as redes, anteriormente enunciadas, já conduziram à aprovação de termos de referência, já há programas de ação para cada uma delas, sendo que, neste momento, estão a ser desenvolvidos trabalhos setoriais por grupos de trabalho, dentro de cada umas destas redes de cooperação institucional, sendo a avaliação, desse trabalho, francamente positiva.-----

----Devo salientar a grande participação dos agentes da rede, bem como, o facto de existirem projetos como o da promoção do sucesso educativo que já foram submetidos.-----

----Em jeito de conclusão, importa realçar que independentemente de serem ou não projetos apoiados por fundos comunitários há projetos nas diversas áreas temáticas nos quais todos os parceiros se revêm e nos quais estão a trabalhar, de forma a garantir-se a complementaridade das intervenções e para que os diversos atores da região não andem todos a fazer o mesmo, pois o que pretendemos é que sejam projetos complementares e que se alavanquem uns aos outros, não descurando as pequenas iniciativas individuais de cada uma das entidades, sendo que mesmo essas iniciativas contribuam para a estratégia intermunicipal." -----

----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, tendo verificado que não existia mais nenhum pedido de intervenção deu o ponto por encerrado." ---

----Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2016, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões.-----

----Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: " O Dr. Nuno Martinho irá apresentar este documento técnico, dando a conhecer a todos os presentes uma outra face da Comunidade Intermunicipal, pois não é só executar, há um conjunto de atividades, ações e procedimentos que ocupam a nossa equipa técnica que permitem a formatação, apresentação e execução de bons projetos para a região.-----

Assembleia Intermunicipal

----A prestação de contas foi apresentada ao Conselho Intermunicipal e foi aprovada por maioria, sendo de notar que, embora haja alguma capacidade de realização financeira, o certo é que temos que dar mais robustez a esta Comunidade e para isso é que o Conselho Intermunicipal, também, tomou um conjunto de deliberações para que consiga executar muitos dos programas e projetos que estão cofinanciados e que se a CIM não tiver os recursos financeiros adequados, torna-se difícil de o fazer. -----

----Isto para vos dizer que estes são os resultados. Neste momento as contas estão controladas mas precisamos de outra dinâmica e outros recursos para abraçarmos novos desafios na Comunidade Intermunicipal. -----

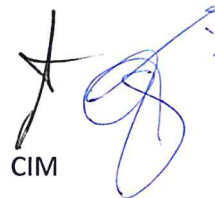
----Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: “O relatório de gestão e prestação de contas são bastante exaustivas, tendo os mesmos sido distribuídos a cada um dos Senhores Deputados, através do site da Comunidade Intermunicipal, como habitualmente. -----

----Contudo não queria deixar de dar uma breve explicação, quer da situação económica e financeira da Comunidade Intermunicipal, quer dos principais níveis de execução orçamental, tanto do lado da receita como do lado da despesa. -----

----Relativamente às Grandes Opções do Plano e aos projetos que desde há alguns anos os Senhores Deputados vão ouvindo aqui, reiteradamente falar, e ainda bem que é assim, porque isso denota que, quer para a Comunidade Intermunicipal, quer para os municípios, há uma estratégia contínua em áreas prioritárias e estratégicas para a capacitação do território e para o aumento da sua competitividade. -----

----Dentro desses projetos começava, por me referir à Modernização Administrativa. A CIM desde dois mil e nove que lidera estes projetos, com os seus municípios, tendo sido, inclusivamente, em algumas ocasiões, CIM piloto, a solicitação da Agência para a Modernização Administrativa, fruto de algumas das opções que tem vindo a ser feitas. -----

----Importa realçar que no ano de dois mil e dezasseis a CIM voltou a candidatar um projeto de modernização administrativa, para os seus catorze municípios, com um valor de candidatura de cerca de 2,3 milhões de euros, sendo que, recebemos a comunicação, na passada sexta-feira, do PO Centro2020, da sua aprovação. Vamos, agora, durante o ano de dois mil e dezassete e seguintes fazer a sua execução em áreas que temos vindo a trabalhar com os municípios, como sejam a desmaterialização, o balcão único online e a disponibilização de mais serviços aos municípios e às empresas. -----



---Ainda no tocante á modernização administrativa importa realçar um projeto que a CIM iniciou á cerca de um ano atrás, a Central de Compras, sendo que esta visa a agregação de necessidades de bens e serviços, por parte dos municípios da CIM Viseu Dão Lafões. Contudo, a mesma não se restringe á mera agregação de necessidades dos diversos municípios, dado o regulamento da própria Central de Compras permitir que outras instituições com um determinado cariz possam também associar-se e beneficiar dos ganhos de escala gerados e obterem poupanças significativas nos bens e serviços disponibilizados pela Central de Compras.

---Neste sentido, importa referir que a Central de Compras da CIM já é líder nacional, em termos percentuais, relativamente ao volume de aquisições efetuadas pelos seus municípios, tendo permitido muitas poupanças aos municípios nessas áreas, quer por via dos Acordos Quadro, quer por via dos leilões efetuados. -----

---Dentro, ainda, desta temática importa destacar um outro projeto da CIM e que se encontra consubstanciado num contrato programa que temos celebrado com a CCDR do Centro e com a DGAL no âmbito dos Serviços Partilhados e que permitiu a elaboração de cartografia vetorial homologada às escalas 1:2000 e 1:10000, sendo este o maior projeto cartográfico realizado em Portugal, isto citando a própria Direção Geral do Território. -----

---Este é um projeto que envolve mais de um milhão de euros, financiado a setenta por cento no referido contrato programa e na lógica dos serviços partilhados. Ainda dentro deste contrato programa, importa salientar o projeto piloto que se está a desenvolver com a empresa Infraestruturas de Portugal, S.A., tendo já sido o mesmo apresentado, como o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal referiu, na passada quarta-feira, num seminário sobre mobilidade e transportes. -----

---Este projeto visa a criação de um centro de competências de gestão de vias na Comunidade Intermunicipal, contando com a participação dos técnicos dos municípios, dois da área dos pavimentos e um da área do SIG, e que irá permitir à Comunidade Intermunicipal, através do seu Sistema de Informação Geográfico, transferir know how das Infraestruturas de Portugal para a região. -----

---Ainda ao nível da modernização administrativa, mais concretamente ao nível do SIG, é importante destacar que, neste momento, todos os municípios estão em condições de trabalharem em open source e open data, querendo isto significar que se libertou os municípios da obrigação de adquirirem software proprietário para trabalharem informação geográfica, sendo que, neste momento, se está a proceder ao carregamento de informação nos geoportais municipais. -----

---Este, é pois, um caminho que temos feito devagar mas de forma programada, sendo, também, um projeto que orgulha a CIM Viseu Dão Lafões e que deve orgulhar, ainda mais, os municípios e os seus técnicos que têm vindo a ser capacitados, em que muito do trabalho desenvolvido se deve ao seu esforço e envolvimento.-----

---Ao nível da Marca Viseu Dão Lafões e da atratividade do território continuamos com a estratégia de valorização dos recursos territoriais, sendo que, o trabalho que temos vindo a desenvolver tem estado perfeitamente articulado com a estratégia que o próprio Turismo do Centro de Portugal tem para a região.-----

---Um produto turístico muito importante da nossa região, que é a Ecopista do Dão, bem como a sua ligação á Ecopista do Vouga, de forma a criar-se um corredor contínuo dos mais extensos da Península Ibérica, tanto mais que este produto integra-se, plenamente, com o advogado pelo turismo de Portugal para o Centro de Portugal e que se prende com os “Portuguese Trails”.-----

---Até á presente data a CIM já submeteu duas candidaturas ao Centro2020, uma no âmbito dos produtos turísticos integrados de base intermunicipal, no montante de cerca de 1,8 milhões de euros e uma candidatura à programação cultural em rede, no passado mês de outubro.-----


---Assim, estamos a corporizar uma estratégia concertada do território, dos seus municípios, quer na área da programação cultural em rede quer na área dos produtos turísticos integrados, bem como, na área do património cultural, através de um projeto de sinalização turística.-----

---No tocante á área do empreendedorismo é sobejamente conhecido o trabalho que temos vindo a desenvolver.-----

---Um dos projeto emblemáticos, nesta área, é o do “Empreendedorismo nas Escolas”, que já vai na sua sexta edição, e que em boa hora o lançamos.-----

---Fomos, á data, a primeira comunidade intermunicipal do país a ter o arrojo de fazer um projeto desta dimensão envolvendo os catorze municípios. Hoje, já muitas comunidades intermunicipais o fazem, mas também é bom dizê-lo, aprendemos muito com o que se faz noutros lados e noutras comunidades intermunicipais, sendo que, neste caso, outros houve que aprenderam connosco.-----

---No âmbito do Wanted Business Ideas, mais um concurso nacional de ideias de negócio que lançámos já este ano, foram apresentadas setenta e nove ideias de negócio, que vão começar agora a trabalhar no âmbito das oficinas de criatividade e geração de ideias, sendo que a primeira será já no próximo sábado, dia vinte e nove, no IPV, em Viseu, mas também iremos realizar essas sessões de trabalho em Lisboa e Coimbra, dado termos muitas ideias de negócio



dessas zonas, isso não coloca em causa a condição pré existente que é a de se fixarem no nosso território e ficarem incubadas numa das nossas incubadoras.-----

---Ao nível da eficiência energética, importa, também, dar nota, de que a CIM contratualizou no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial um conjunto de projetos na área dos edifícios públicos e das piscinas municipais.-----

---Neste sentido, estamos, agora, a preparar, em conjunto com os municípios, essas candidaturas para as submeter ao PO Centro2020.-----

---Ainda, nesta área, releva realçar o facto de a própria CIM ter um projeto intermunicipal, no âmbito do sistema de monitorização energética, conjuntamente com os seus catorze municípios, para, logo que os Avisos de Abertura de Concurso abram, a CIM o possa submeter.

---Relativamente á área da proteção civil este, também, é um caminho que temos vindo a percorrer em conjunto com a Autoridade Nacional da Proteção Civil, com os CODIS de Viseu e da Guarda, bem como com os Serviços Municipais de Proteção Civil.-----

---Como bem se recordarão, começámos com a aquisição de equipamentos de proteção individual, elaboramos a cartografia de risco dos municípios que ainda a não tinham, depois adquirimos os Rádios TETRA, para integração na rede SIRESP, e está neste momento a CIM lidera o processo dos planos municipais de emergência, que ainda são necessários elaborar em alguns municípios, sendo que, ainda hoje, tivemos uma reunião com o CODIS de Viseu para prepararmos uma nova área de intervenção, de candidatura que já foi aprovada pelo POSEUR, que é a Plataforma de Emergência da Proteção Civil à Escala Intermunicipal.-----

---O ano de dois mil e dezasseis marca, também, a conclusão do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes, pois o mesmo já se encontra na fase de consulta pública, sendo que irá ser feito um périplo pelo território, começando já no próximo dia vinte e seis em Viseu, depois em Vila Nova de Paiva, Mangualde e Tondela, para se apresentar o mesmo e permitir a participação, informada, de todos os cidadãos, isto após um ano muito intenso para preparação deste Plano.-----

---Ainda no âmbito da mobilidade e dos transportes, este foi um ano de trabalho, que fizemos em parceria com os municípios e que, para além do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transporte, foi desenvolvido trabalho no âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, que culminou com a delegação de competências dos municípios na Comunidade Intermunicipal para esta se assumir, também, como Autoridade de Transporte nas linhas municipais.-----

---O projeto de Promoção do Sucesso Educativo, de que já aqui falei há pouco, bem como, o trabalho que temos vindo a desenvolver, conjuntamente, com a ANQEP e com a DGESTE, no âmbito da rede de oferta de cursos profissionais na nossa região é a todos os níveis um trabalho notável.-----

---Hoje a oferta formativa, ao nível dos cursos profissionais, é trabalhada na Comunidade Intermunicipal, em articulação com as escolas, com os municípios, com a DGESTE e a ANQEP, resultando numa proposta de oferta formativa que se ajusta ao mercado de trabalho, permitindo, desta forma, fazer o ajustamento entre a oferta formativa e o que as empresas procuram no nosso território. -----

---Dar nota, também, que no âmbito do trabalho da Estrutura de Apoio Técnico, esta encerrou no ano de dois mil e dezasseis mais de cem milhões de euros de investimento, mais de cem projetos dos catorze municípios, fazendo-o com sucesso, sendo que já está a desenvolver trabalho na área da aprovação das candidaturas inseridas no PDCT, do Portugal 2020 e da análise de pedidos de pagamento. -----

---Assim, de uma forma rápida apresentei a da maior parte dos projetos, ou pelo menos os mais importantes, e que se encontram expressos no Relatório de Gestão. -----

---No tocante á situação económica e financeira da Comunidade Intermunicipal temos um total de balanço muito parecido com o período homólogo de dois mil e quinze, com cerca de 1,5 milhões de euros. -----

---Dar nota que em termos de balanço e da dívida de terceiros, esta expressa, não só quotizações em dívida por parte dos municípios, mas, também, dos vários protocolos que vão sendo necessários para a execução de projetos comunitários, bem como, alguma dívida, residual, dos assinantes da Revista Beira Alta. Temos a dívida a terceiros que se compararem com o balanço do ano transato, verão um valor muito avultado, sendo que esta deriva da necessidade que a CIM teve, fruto do contrato programa celebrado com a CCDRC e com a DGAL, de executar fisicamente até dezembro de dois mil e dezasseis. -----

---Em termos da demonstração de resultados da CIM é notória a questão do desequilíbrio orçamental da Comunidade em termos operacionais. -----

---As únicas fontes de receita são, fundos comunitários, as quotizações dos municípios e a transferência da DGAL, sendo que, em termos da estrutura de custos, esta assume o relevo dos serviços externos e dos trabalhos especializados. -----

---Assim, não será de admirar, tendo em conta o conjunto de trabalhos a que a CIM recorre, dado o know how e capacidade técnica das mesmas e o facto de os recursos humanos da CIM



não terem, nem se achar que, num bom ato de gestão, os deve ter, dado serem perfeitamente consignados no tempo, como são os casos do PIMT, da cartografia e do Centro de Competências e Gestão de Vias, sendo que, apenas para este trabalho da cartografia está mais de um milhão de euros investido, ao se deverá acrescer todo o trabalho do Empreendedorismo nas Escolas, da Central de Compras, do Sistema de Informação Geográfico, não se podendo esquecer que estes trabalhos são, sempre em prol dos catorze municípios.-----

----Ao nível dos custos com pessoal é muito semelhante ao valor do ano anterior pois a CIM não aumentou a estrutura de custos fixos no ano de dois mil e dezasseis.-----

----Portanto, os proveitos dos exercícios derivam basicamente dos fundos comunitários, quotizações dos municípios e transferências da DGAL. -----

----Em termos da execução esta é diferente da lógica municipal pois a da Comunidade é de uma lógica de projeto e alguma baixa na taxa de execução do nosso orçamento deriva, essencialmente, do grande atraso que tivemos na aprovação das candidaturas ao Portugal 2020.

----A CIM submeteu candidaturas ao POSEUR em junho e julho, como foram os casos da Plataforma de Emergência e Proteção Civil Intermunicipal e do Plano Intermunicipal das Alterações Climáticas que só vieram aprovadas no mês de novembro.-----

----Um outro exemplo desse atraso está no facto de termos uma candidatura de Modernização Administrativa que só veio aprovada na passada sexta-feira, sendo que, a mesma, tinha sido submetida em setembro, sendo que a candidatura da programação Cultural em Rede foi submetida em outubro e ainda não recebemos a notificação da sua aprovação.-----

----São, pois, estas algumas das dificuldades com que nos confrontamos, uma vez que a forma como o processo está desenhado, este cria muitos constrangimentos, neste caso às entidades intermunicipais, pois uma condição admissibilidade ao aviso do concurso é que a CIM tenha nas Grandes Opções do Plano toda a dotação para executar o projeto, o que nos leva, muitas vezes, a ter que dotar o orçamento. -----

----Em termos dos mapas de fluxos de caixa a CIM termina com um saldo de gerência que ronda os duzentos e sessenta e dois mil euros, que vamos depois pedir aos Senhores Deputados, num outro ponto da ordem de trabalhos, a transferência deste saldo de gerência para a gerência seguinte, através de uma revisão orçamental. -----

----Assim, fico à disposição para mais algum esclarecimento ou dúvida que desejem ver esclarecidas.-----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, cuja intervenção se transcreve: “Não gostaria de cometer nenhuma indelicadeza em termos de um respeito democrático que nunca

Assembleia Intermunicipal

em termos institucionais deixei de o ter, de dizer ao Senhor Presidente da Câmara de Nelas, que eu gostaria de ter em Nelas, o amigo ou amiga que gostaria de ter em Nelas, não gostaria de dizer ao Senhor Presidente da Câmara de Vila Nova de Paiva, o amigo ou amiga que gostaria de ter em Vila Nova de Paiva, por uma questão de delicadeza e por isso a este nível temos sempre que nunca deixar de ter um respeito institucional e democrático por todos. -----

----Tirando este aspeto inicial, ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal gostaria de perguntar, penso que não tive nenhum lapso, porque é que a declaração de voto do Município de Viseu não veio anexa aos documentos, porque sei que foi entregue no mesmo dia, essa declaração de voto.-----

----Como é óbvio se há uma minuta e um voto contra, que foi do Município de Viseu, deveria ser anexa a essa minuta e deliberação. -----

----Por isso e para conhecimento de todos eu passaria a ler o que consta desse voto contra, dessa declaração de voto. -----

----O voto contra a aprovação das contas da CIM Viseu Dão Lafões, por parte do Município de Viseu em sede do Conselho Intermunicipal, reunida extraordinariamente para esse efeito, em dezoito de abril de dois mil e dezassete, deve-se ao facto de uma parte do ativo da CIM não estar refletido nas mesmas, à semelhança do que já se verificou no ano anterior. Ora, com tal já consta da declaração de voto apresentada em dois mil e dezasseis sobre este assunto e não se tendo registado qualquer evolução no último ano, tal opção é no nosso entendimento, contrária à lei.

----Na verdade, o Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões deliberou em vinte e sete de janeiro de dois mil e quinze, já lá vão dois anos, aceitar na sua totalidade a universalidade que é indivisível da Assembleia Distrital de Viseu não sujeitando a transferência da universalidade nem qualquer dos seus elementos constitutivos a condição ao termo. Aliás se tivesse sido colocada qualquer condição da CIM Viseu Dão Lafões para aceitar a transferência da universalidade, tal transferência nunca tinha ocorrido, dado que tal posição seria equipara à rejeição da respetiva universalidade nos termos número seis do artigo terceiro da Lei n.º 36/2014 de vinte e seis de junho.-----

----A referida universalidade foi afeta à CIM Viseu Dão Lafões pelo Despacho n.º 237/2015 de nove de março, exarado pelo Secretário de Estado da Administração Local.

----Tendo a universalidade indivisível e tivemos inclusivamente já uma assembleia distrital onde isso foi discutido e era outra questão que gostaria de colocar ao Senhor Presidente do Conselho, ficaram de apresentar e pedir um parecer sobre o assunto, gostaria de saber o ponto da situação



desse parecer e desse entendimento que se pediu à tutela. E por isso tendo a universalidade ter sido aceite sem qualquer condição ou termos, já transferida para a CIM Viseu Dão Lafões, integrando nessa universalidade os saldos referentes às comparticipações em atraso, por parte de alguns municípios, é nosso entendimento que esses não poderão deixar de estar refletidos nos ativos da CIM, tal como se verificou com o imóvel Casa do Adro ou outros depósitos bancários ou documentos integrantes da universalidade a transferir.-----

----Não sendo isso que se verifica e considerando nós que tal decisão é contrária à lei, só nos resta votar contra a aprovação as contas de dois mil e dezasseis e apresentadas pela CIM Viseu Dão Lafões. -----

----Eu gostaria de dizer que em relação a esta declaração de voto e ao voto contra do Município de Viseu estou inteiramente, não é solidário, de acordo. -----

----Penso que dois anos é muito tempo para clarificar esta situação, penso também que já houve uma assembleia distrital onde os entendimentos dos pareceres, quer jurídicos quer do próprio Revisor Oficial de Contas foram colocados e não tiveram seguimento, foram opiniões e pareceres e houve entendimento de toda a assembleia distrital no sentido de ser pedido em definitivo um parecer à tutela, eu gostaria de saber o ponto da situação sobre esse aspeto. -----

----Com é óbvio não posso deixar de votar contra as contas.” -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Manuel Teodósio, cuja intervenção se transcreve: “Venho aqui trazer um voto de lamentação. É que há um ano atrás, precisamente, tinha feito uma declaração de voto, votei contra precisamente com estes fundamentos. Lamento que um ano depois nada tenha sido feito, as circunstâncias são exatamente as mesmas. -----

----Isto deixa-me um pouco triste porque entendo que as coisas não deveriam ser assim. A fundamentação que foi aqui explanada obviamente que também me identifico perfeitamente com ela. -----

----Eu fiz essa intervenção aqui há um ano atrás e lamento efetivamente que um ano depois tudo permaneça rigorosamente igual.-----

----Portanto como no ano transato irei votar contra e volto a relembrar o que disse há um ano atrás que todos nós aqui temos uma responsabilidade pessoal sobre isto que estamos a aprovar. Eu, porque tenho a certeza que aquilo não está bem, portanto não é com o meu voto que as coisas mal irão para a frente. -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Vítor Fernandes, cuja intervenção se transcreve: “Eu vou aproveitar esta oportunidade em primeiro lugar para fazer aqui um reconhecimento daquilo que foi a minha aprendizagem durante este mandato nesta Assembleia Intermunicipal. -----

Assembleia Intermunicipal

----Eu sinto que saio daqui mais enriquecido e agradeço todos vós pela colaboração e por tudo. Portanto faço uma avaliação muito positiva do funcionamento desta Assembleia.-----

----Há só dois pequenos aspetos que eu gostaria também de deixar focados e porque também tem a ver com esta questão das contas. Um deles vai ao encontro daquilo que já foi dito e eu também já tinha referido no ano passado que gostaria de ver um pouco mais transparente esta transição do património da Assembleia Distrital de Viseu para a CIM.-----

----Outro aspeto tem a ver com a taxa de execução orçamental. Eu percebo que tenha a ver com a natureza da Assembleia, percebo também que tenha a ver com o acréscimo de competências que têm vindo a ser delegadas nesta Assembleia. -----

----É um aspeto que eu creio que tem que ser melhorado e deixo para a vossa análise. Se nós saímos destes mínimos de apenas duas reuniões anuais porque com tanta competência acrescida com tanto dinamismo que a Assembleia está a ter, eu penso que se justifica de facto outra organização em termos de reuniões, mais reuniões para acompanharmos melhor e assim já não teríamos que estar no início a fazer a aprovação de tudo aquilo que pensamos que possa vir a ser executado durante o ano e se calhar chegaríamos ao final do ano com uma taxa de execução mais aceitável.-----

----Ainda que a explicação seja plausível, neste funcionamento eu penso que podemos alterar o funcionamento.-----

----Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: “Vou responder aos Senhores Deputados Mota Faria e ao Manuel Teodósio.-----

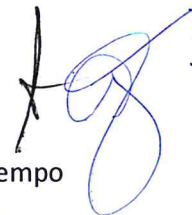
----A ata onde consta essa declaração de voto ainda não foi aprovada. Ela foi aprovada em minuta e remetida para os Senhores Deputados porque ainda não foi aprovada em Conselho Intermunicipal.-----

----Posto isto quero sossegar os Senhores Deputados. As contas da Comunidade Intermunicipal, tal como no ano passado, não são contrárias à lei. Não são contrárias à lei. Foram feitas de acordo com os melhores princípios económicos/financeiros. -----

----Deixem-me que vos diga de uma vez por todas esta questão e também quero sossega-los. --

----Já foram pedidos os pareceres que nos comprometemos na Assembleia Distrital, não só à DGAL, como a CCDRC, ao Tribunal de Contas e ao IGF, quanto à transferência da universalidade e foram colocadas todas estas questões.-----

----Mas deixem-me que vos diga que a culpa, ou melhor, a falta de alguma clareza na transmissão desta universalidade só se deve a um facto: foi ter saído a Lei e o Senhor Presidente



da Assembleia Municipal de Viseu não a ter convocado. Não ter convocado a reunião em tempo oportuno para nós debatermos, para inventariarmos, auscultarmos e tê-la marcada três meses depois. -----

----Tanto assim, como sabem, a deliberação da Assembleia Distrital teve valor zero. -----

----Era uma simples recomendação ao Senhor Secretário de Estado da Administração Local, que foi obrigado por Despacho a entregar aquilo assim a quem? À Comunidade Intermunicipal. Que era a prioridade número um quando não havia pronúncia do órgão. -----

----Foi isto Senhor Presidente, Senhor Deputado que se passou pura e simplesmente. -----

----Ter sido marcada extemporaneamente, após os noventa dias, que a lei dizia para que fosse marcada e obviamente que se ela tem sido marcada com alguma ponderação e se tem sido avaliado todos estes ativos e do que estamos a falar? -----

----Estamos a falar da Casa do Adro, dos valores culturais existentes, móveis, peças de arte que estão lá depositas, da nossa região. -----

----Estamos a falar de um crédito bancário que existia de setenta e cinco mil euros e por isso há quem entenda que não é deficitário o que é o ativo contingente, que são as quotas dos municípios. -----

----Se havia um ativo é porque não eram necessárias para a atividade da Assembleia Distrital, que já não reunia há décadas, que não tinha, como sabem, isto não é aqui que é discutido, mas não tinha planos de atividade nem aprovadas contas de gerência há décadas. -----

----Estamos a colocar isto como com uma transmissão mas que consta como um ativo contingente em anexo, de acordo com o parecer do nosso Revisor Oficial de Contas, dos nossos serviços jurídicos, são os melhores que temos, não temos outros. Até porque a Câmara de Viseu também disse que tinha sempre um parecer jurídico que sustentava a sua posição mas até hoje nunca apareceu. -----

----Posto isto é este o ativo contingente que está aqui relatado nas contas e obviamente que agora e de acordo com aquilo que foi proposto, que foi deliberado na Assembleia Distrital, nas duas, neste momento estão pedidos os pareceres à tutela: Tribunal de Contas, Inspeção Geral de Finanças, CCDRC e DGAL. -----

----Assim que tivermos uma recomendação, uma notificação nós daremos conta não só à Assembleia Distrital mas também ao Conselho Intermunicipal e à Assembleia Intermunicipal.---

----Mas o Dr. Nuno e até porque é a especialidade dele, vai em termos técnico/financeiros, explicar como é que constam estes ativos contingentes em termos de demonstração de resultados. -----

Assembleia Intermunicipal

----Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: “O Senhor Presidente disse á pouco, e bem, que nos termos da lei e dos estatutos é ao Secretário Executivo ou ao Secretariado Executivo, que compete executar as contas, pelo que, devo prestar esses esclarecimentos, como já o fiz no ano passado. -----

----Antes de mais acho que há uma questão que é importante referir, pois há uma mensagem que vai às vezes passando e que importa refutar de imediato, afirmando, desde já, que as contas da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões não estão fora da lei, estão dentro da lei e cumprem todos os requisitos, normativos e princípios contabilísticos geralmente aceites do POCAL. As contas da Comunidade Intermunicipal estão dentro da lei. -----

----Dizer, também, que relativamente a isto, a CIM, como todas as câmaras municipais, tem que obter um parecer do Revisor Oficial de Contas, relativamente às contas, parecer esse que foi enviado para os Senhores Deputados, sem reservas relativamente às mesmas. -----

----Afirmar, ainda, que a Comunidade Intermunicipal tem nas suas contas um anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados, que é um elemento de suporte às contas, que vai para o Tribunal de Contas, que tem uma explicação relativamente a isto, no ponto 8.2.2. na comparabilidade, onde explica, exatamente, o que se trata relativamente a este ativo e porque não o regista no ativo da Comunidade Intermunicipal, onde explica o porquê e diz qual é o montante, 1,3 milhões de euros. -----

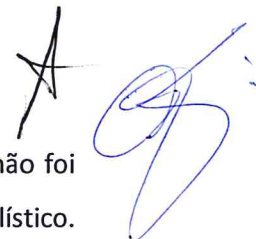
----Neste sentido, reitero que foi com base num parecer do Revisor Oficial de Contas que a CIM decidiu, no ano de dois mil e quinze, no fecho de contas, não colocar este valor no ativo da Comunidade, bem como no parecer do seu consultor financeiro, por se tratar de um ativo contingente. -----

----Um ativo contingente é um ativo em que há muita incerteza relativamente à sua cobrabilidade. Mas o que se deverá dizer de um ativo que durante anos a Assembleia Distrital não conseguiu cobrar? e será que deverá ser a Comunidade Intermunicipal a colocar no ativo que tem 1,3 milhões para cobrar dos municípios? -----

----Outra nota relativamente a isto. -----

----Este tratamento do ativo contingente não foi só nas quotizações foi noutro aspeto que tem a ver, por exemplo, com a Revista Beira Alta. -----

----A Revista Beira Alta tem cerca de vinte e oito mil unidades na Casa do Adro e dos serviços da Assembleia Distrital de Viseu não nos disseram que havia todas essas existências em armazém, fomos nós que depois constatámos que lá estavam essas unidades. -----



----Em termos de existências poderia valer à volta de oitenta mil euros, mas também não foi relevado na contabilidade em termos de ativo. Porquê? Pelo mesmo princípio contabilístico. Porque há muita incerteza sobre o facto da Comunidade Intermunicipal poder naquelas existências ter receita com elas, leia-se vender estas edições da Revista Beira Alta. O mesmo princípio contabilístico, o da prudência, porque a sua alienação era muito remota e incerta. ----

----Dizer que, relativamente à passagem da universalidade, não foi possível obter junto da Assembleia Distrital de Viseu um único balancete, uma única conta-corrente. O que nos passaram foi um conjunto de valores, sendo que, alguns montantes inseridos nos 1,3 milhões de euros, e isso também já foi explicado, foram pagos no PAEL, pelos municípios, mas que se encontravam como sendo dívida, acrescentando a isto o facto de que não havia contas-correntes.

----Devo referir, também, o facto de muitas das dívidas não estarem reconhecidas ou expressas na contabilidade dos municípios, sendo que uma pergunta básica que foi feita foi perguntar aos municípios: "Aqui diz que tem em dívida x quanto está em dívida no município? Resposta do município: Zero. Não está relevado." -----

----Neste sentido, com que base é que a CIM vai relevar um valor a dizer que tem direito de receber daquele município quando não está expresso na contabilidade do município este valor? Acresce, ainda, o facto, como referido pelo Senhor Presidente, não foram aprovados orçamentos nem contas à mais de quinze anos.-----

----Importa, também, destacar, o facto de a CIM ter feito a avaliação de tudo isto. A CIM fez a avaliação do património, sendo que, hoje, toda a gente sabe qual é o espólio que tem, proveniente da Assembleia Distrital de Viseu, em termos de olaria, artesanato, arqueologia, sendo que nada disto vinha expresso na folha que a Assembleia Distrital de Viseu nos remeteu, foi a CIM que fez todo este trabalho, que fez uma avaliação, o registo fotográfico de todas as peças que lá estão. -----

----A Revista Beira Alta (património imaterial da nossa região) não vinha na universalidade. No papel que nos passaram da Assembleia Distrital de Viseu não vinha, nem sequer fazia parte do ativo que transferiram para a Comunidade Intermunicipal, mas nós incorporámos o mesmo porque também fizemos a avaliação relativamente a esse ativo. -----

----Portanto é isto que pretendemos que os Senhores Deputados e as Senhoras Deputadas percebam, todas as dificuldades que tivemos relativamente à transferência desta universalidade. -----

----Devo referir, também, que nos aconselhámos junto dos Revisores Oficiais de Contas e do consultor financeiro da CIM sobre o que fazer a este ativo contingente. O facto de ele estar aqui

Assembleia Intermunicipal

no “Anexo ao Balanço e Demonstração de resultados” não quer dizer que após resolvida esta situação, este valor não possa, no futuro, ser incorporado no ativo da Comunidade Intermunicipal. Por essa mesma razão a CIM solicitou, já, pareceres a um conjunto de entidades para nos auxiliarem na solução jurídica e técnica desta questão. -----

---Não está em causa a universalidade por causa de não estar refletido, pois ela está no “Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados”, não está é no ativo da Comunidade Intermunicipal.

---Neste sentido, permitam-me uma nota relativamente a isto, pois acho que é importante fazê-la.-----

---A Comunidade sempre tratou, quer o Secretário Executivo quer o Conselho Intermunicipal, com muito cuidado esta questão da Assembleia Distrital de Viseu e nesse sentido a CIM nomeou uma Comissão de Peritos para fazer toda a avaliação de todo o espólio que está na Casa do Adro da Assembleia Distrital de Viseu, valor de muita importância para o território, para a região, de muitos municípios, para fazer a devida catalogação, em termos de valor histórico e para, também, daqui para a frente começar a ter uma cadênciã, em termos do seu restauro das mesmas, porque há muito património que tem que ser cuidado e a Comunidade Intermunicipal está, finalmente, a tratar dele. -----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Mota Faria, cuja intervenção se transcreve: “É só para fazer um protesto por duas razões.-----

---O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal é já muito useiro em termos de acusações de algumas situações comigo. Concretamente em que depois devia ter muitas vezes a hombridade de pedir desculpas e uma vez em Vouzela andou lá perto. -----

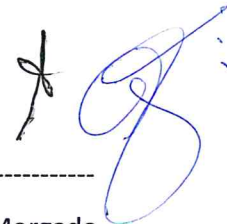
---E por isso não vou, há aqui erros de perceção mútuo, agora estão muito na voga. Eu não vou aqui em relação ao Senhor Presidente do Conselho apenas dizer-lhe que darei resposta em novo mandato, quando houver, se por acaso pertencermos, senão irei dar resposta.-----

--- Não entro aqui em discussões consigo porque o Senhor é useiro em fazer acusações que não são fundadas e muitas vezes fogem à verdade e por isso não vou aqui entrar nessa discussão.--

---Em relação ao Secretário Executivo apenas digo que tudo o que está a ser feito devia ter sido feito logo no início, a tal sindicância.-----

---Por isso, quando se recebe, se está mal, se há problemas nos balancetes, então escreve-se e essa questão que eu gostaria agora de colocar.-----

---Foi colocado por escrito, na receção, todos os problemas que foram recebidos? Ou só estamos aqui a dizer que tivemos esses problemas? Isso está escrito? Isso foi questionado à Assembleia Distrital de Viseu?-----



---Era só.” -----

---Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: “O Senhor Deputado Mota Faria diz aqui que eu sou useiro bastava dizer que era vezeiro, que já não era a primeira vez. -----

M-as eu repito aquilo que disse, Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Senhor Deputado intermunicipal, foi por um alerta meu que o Senhor percebeu que tinha essa responsabilidade de convocar a Assembleia Distrital para resolvermos esta questão e quando se apercebeu era tarde.-----

---Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou o mesmo a votação, tendo sido aprovado por maioria, com dois votos contra, dos Senhores Deputados, Mota Faria e Manuel Teodósio e quinze abstenções.-----

---Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

---Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da 1.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2017, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões. -----

---Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro cuja intervenção se transcreve: “Senhores Deputados é muito simples esta revisão com algumas modificações orçamentais é para pequenos acertos e para aproveitar a oportunidade mas acima de tudo para incorporar o saldo de gerência”. -----

---Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou a votação os documentos em apreço tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade. -----

---Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

---Relativamente ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** – Análise, discussão e votação da proposta de alteração ao Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2017, de acordo com a Informação de Serviço nº 126/2017, de 04 de abril, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões. -----

Assembleia Intermunicipal

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: “Senhores Deputados também para vos dizer que depois de aprovado o mapa de pessoal nas Grandes Opções do Plano, em dezembro, pedimos aqui uma alteração ao mapa de pessoal não para criar mais lugares mas entre unidades orgânicas. -----

----Aparecem novos desafios. Eu disse-vos à pouco quais eram, nomeadamente nas Autoridades de Transporte. -----

---- Basicamente são alterações entre as unidades de forma a termos as pessoas afetas às respetivas questões.-----

----Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou a votação os documentos em apreço tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade. -----

----Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----Relativamente ao **quinto ponto da ordem de trabalhos** – Análise, discussão e votação da proposta do Conselho Intermunicipal de, para efeitos do disposto no artigo 44.º n.º 1, do Decreto-lei n.º 25/2017, de 3 de março, que aprova o Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2017, que o Conselho Intermunicipal, sem prejuízo das delegações de competências, em situações excecionais, prévia e devidamente fundamentadas pelos serviços competentes, autorize a dispensa do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º da Lei do Orçamento do Estado em contratos de aquisições de serviços até ao limite do orçamento aprovado, sem prejuízo das eventuais modificações, de acordo com a Informação de Serviço nº 129/2017, de 05 de abril, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, informado os presentes que este ponto tinha sido desqualificado, pois quando a convocatória tinha efetuada justificava-se mas no entretanto tinha saído o Decreto de Retificação ao Decreto-lei de execução orçamental, pelo que não seria alvo de votação ou discussão. -----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: “É isso mesmo. Fica sem efeito. Considerando este decreto de retificação que clarifica estas questões dos contratos de aquisições de serviço até ao limite do orçamento aprovado. Por isso já foi retirado do Conselho e a explicação está dada. ---

----Relativamente ao **sexto ponto da ordem de trabalhos** – - Listagem dos compromissos plurianuais assumidos entre o dia 10 de novembro de 2016 e 05 de abril de 2017, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável a assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela

Assembleia Intermunicipal

Assembleia Intermunicipal, na sua sessão de 30 de novembro de 2016, de acordo com a Informação de Serviço nº 129/2017, de 05 de abril, nos termos das disposições conjugadas do artigo 104.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: “Foi remetida uma listagem com os compromissos plurianuais, sendo que, este existem porque, ou não foram executados em virtude de estarem afetos a algum projeto que ainda não tinha sido iniciado e, obviamente, passou a ter um caráter plurianual ou por serem, na sua natureza, plurianuais.-----

----Foi distribuída a listagem mas estamos aqui para algum esclarecimento complementar de algum compromisso aqui identificado.-----

----Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve” Vamos dar por concluída a nossa reunião dando nota que não houve pedidos de intervenção por parte do público.-----

----Nesta reunião que é a última ordinária deste mandato eu quero em meu nome pessoal e da Mesa agradecer de uma forma muito empenhada a todos os Senhores Deputados, a todos os grupos parlamentares.-----

----Dizer-vos que foi um privilégio ter presidido a esta Assembleia Intermunicipal.-----

----Agradecer, também, de uma forma muito empenhada o trabalho que foi prestado sempre pelo Presidente e membros do Conselho, pelos Presidentes de câmara nos vários concelhos onde reunimos que nos receberam sempre com especial atenção.-----

----Agradecer, de igual modo, ao Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, ao Dr. José Carlos Almeida e ao secretariado da CIM Viseu Dão Lafões.-----

----Registrar, também, a presença da comunicação social nas várias reuniões que fomos desenvolvendo neste mandato e na de hoje também temos a comunicação social conosco. É sempre importante que as reuniões possam ter eco através da comunicação social e assim cheguem ao público e aos eleitores e pessoas da CIM Viseu Dão Lafões.-----

----Finalmente, dizer-vos que a Comunidade Intermunicipal é um órgão relevante assim como a Assembleia Intermunicipal.-----

----Creio poder-vos dizer que gostaria de uma forma pessoal que pudesse haver um maior número de reuniões, como aqui também foi referido. Este modelo das duas reuniões ordinárias anuais e não há mais porque os Senhores Deputados também não propuseram, fizemos unicamente uma reunião extraordinária. Mas este modelo das duas reuniões creio não

Assembleia Intermunicipal

corresponder de uma forma muito sustentada ao sentido de pertença que cada um de nós tem de ter de um território vasto, neste caso catorze municípios. -----

----Verdadeiramente cada um de nós representa o seu território em termos de legalidade e origem, embora aqui estejamos investido de um papel de catorze municípios e é neste sentido que eu acho que o sentido de pertença deve ser aumentado e melhorado, mas isso seria com uma revisão legal que a nós não compete. Mas acho que ficaria bem termos mais sessões que nos permitissem trazer outros assuntos e debater outros temas relevantes para os territórios. -

----Meus queridos amigos e minhas queridas amigas. -----

---- Agora já não Deputados são queridos e queridas amigas.-----

----Até sempre e da nossa parte muito obrigado pela vossa presença, colaboração e pelo respeito que sempre esteve presente nas intervenções de todos.-----

----Da minha parte peço desculpa por algum lapso que tenha cometido e aqui estaremos para continuar a defender Viseu Dão Lafões.-----

----Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada às vinte horas e trinta minutos, lavrando-se a presente ata que vai ser devidamente subscrita pelo Presidente da Mesa e pelo Secretário da mesma.-----

